


Zimbira

092449090531@tre-ba.gov.br

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº18/2020**De :** licitacoes@agiel.com.br

Seg, 16 de mar de 2020 09:21

Assunto : PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº18/2020 1 anexo**Para :** mahereda@tre-ba.jus.br

Prezada Comissão de Licitações, bom dia,

Venho por meio deste documento, solicitar em nome da AGIEL - AGÊNCIA DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA LTDA EPP, empresa de direito privado, localizada na Rua Benedito Valadares, nº 255, 3º andar, Centro, Pará de Minas/MG, Cep 35.660-630, endereço de e-mail: licitacoes@agiel.com.br, telefones: (31) 4141-3200 / (31) 4063-8582/ (37) 3232-1179, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.406.617/0001-74, os seguintes pedidos de esclarecimentos referentes ao **Pregão nº 18/2020 do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**:

1) O edital prevê em seu **TERMO DE REFERÊNCIA - 4. FORMA E PRAZO DE EXECUÇÃO – 4.2 j) (Pág. 21)** “4.2. A realização do estágio dar-se-á mediante Termo de Compromisso celebrado entre o estudante, o TRE-BA e a Instituição de Ensino, no qual deverão constar os seguintes requisitos mínimos:

j) Assinaturas do estagiário, ou de seu assistente legal, se relativamente incapaz, do representante da Instituição de Ensino, do Diretor-Geral do Tribunal e da Contratada;

Conforme infra demonstrado, verifica-se claramente que a atividade de estágio, regida pela Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008, tem como sujeito apenas a Parte Concedente do Estágio (empresa), a Instituição de Ensino (escola) e o Estudante (estagiário/a), ou seja, a atividade de estágio, nos moldes da Lei acima, é um acordo **TRIPARTITE**. Com isso, fica claro que o Agente de Integração não participa diretamente da relação de estágio. Eis que, sua participação limita-se à mero AUXILIAR no aperfeiçoamento do instituto do estágio. Senão vejamos abaixo:

SUJEITOS DA RELAÇÃO DO ESTÁGIO

Conforme se extrai do inciso **II, Art. 3º da Lei Federal 11.788 de 25/09/2008**, são sujeitos da relação de estágio o **Estagiário, a Instituição de Ensino e a Parte Concedente do Estágio**. Vejamos abaixo:

Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008

Art. 3º

II – celebração de termo de compromisso entre o **educando**, a **parte concedente do estágio** e **a instituição de ensino**”;(grifo nosso).

E, o artigo 5º da Lei supra citada, estabelece que as Instituições de Ensino e as Partes Cedentes de estágio **"PODEM"**, a seu critério, recorrer aos serviços de Agentes de Integração públicos e privados [...]. Vejamos abaixo:

Art. 5º As instituições de ensino e as partes cedentes de estágio “podem”, a seu critério, recorrer a serviços de agentes de integração públicos e privados, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas gerais de licitação. (grifo nosso).

E, o **“§ 1º deste mesmo Artigo”** esclarece que os **Agentes de Integração** atuarão como **“AUXILIARES”** no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio, e, restringindo à sua atuação aos incisos **“I – II – III – IV – V”**. Senão vejamos abaixo:

Art. 5º

§ 1º Cabe aos agentes de integração, como **“auxiliares”** no processo de aperfeiçoamento do instituto do estágio:

- I – identificar oportunidades de estágio;
- II – ajustar suas condições de realização;
- III – fazer o acompanhamento administrativo;
- IV – encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais;
- V – cadastrar os estudantes. (gn)

E o Artigo 16º, desta Lei expõe que é **VEDADA** a atuação dos **Agentes de Integração como representante de qualquer das partes**. Vejamos abaixo:

Art. 16. O termo de compromisso deverá ser firmado pelo **estagiário** ou com seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais **da parte concedente e da instituição de ensino, VEDADA** a atuação dos agentes de integração a que se refere o art. 5º desta Lei como **REPRESENTANTE** de qualquer das partes. (destaque nosso)

E, a **Nova Cartilha Esclarecedora a sobre a Lei do Estágio** (Lei Federal nº 11.788 de 25/09/2008) divulgada pelo próprio Ministério do Trabalho e Emprego, esclarece o seguinte:

26. O que é o Termo de Compromisso?

O Termo de Compromisso é um acordo **TRIPARTITE** celebrado entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino, prevendo as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar. (grifo nosso)

31. O que são os Agentes de Integração?

São entidades que visam, principalmente, **AUXILIAR** no processo de aperfeiçoamento do estágio, contribuindo na busca de espaço no mercado de trabalho, aproximando, instituições de ensino, estudantes e empresas (art. 5º da Lei nº 11.788/2008). (grifo nosso)

32. Qual o papel dos agentes de integração no estágio?

Cabe ao Agente de Integração, como **AUXILIARES** no processo de aperfeiçoamento do estágio:

- a) identificar as oportunidades de estágio;

- b) ajustar suas condições de realização;
- c) fazer o acompanhamento administrativo;
- d) encaminhar negociação de seguros contra acidentes pessoais; e
- e) cadastrar os estudantes (incisos de Ia V do art. 5º da Lei 11.788/2008). Os agentes de integração podem, ainda, selecionar os locais de estágio e organizar o cadastro dos concedentes das oportunidades de estágio. (art. 6º da Lei 11.788/2008). (grifo nosso)

33. O Agente de Integração pode atuar como representante do estagiário, da parte concedente ou da instituição de ensino no Termo de Compromisso de Estágio?

NÃO. O Termo de Compromisso de Estágio deve ser firmado pelo estagiário ou pelo seu representante ou assistente legal e pelos representantes legais da parte concedente e da instituição de ensino, vedada a atuação dos agentes de integração como representante de qualquer das partes (art. 16 da Lei 11.788/2008).(grifo nosso)

55. Quem deve assinar o Termo de Compromisso de Estágio?

Obrigatoriamente, devem assinar o Termo de Compromisso de Estágio o educando (ou seu representante ou assistente legal), **a parte concedente do estágio e a instituição de ensino** (inciso II, art. 3º da Lei 11.788/2008).(grifo nosso)

FONTE: <http://www.agiel.com.br/manuais/cartilha-mte-estagio.pdf>.

Com efeito, por todo exposto acima, nota-se claramente o legislador permitiu que a formalização do Termo de Compromisso de Estágio e Termo Aditivo apenas entre o Educando, a Parte Concedente do Estágio e a Instituição de Ensino, rigorosamente conforme definido no **inciso II, Art. 3º, Lei Federal 11.788 de 25/09/2008.**

Dessa forma, solicitamos a retificação do item supramencionado, devendo ser retirada a exigência do agente de integração como parte integrante para a assinatura dos documentos de estágio.

Ainda, caso decidam de forma contrária (pela necessidade da assinatura do Agente de Integração), será aceita a assinatura eletrônica?

2) O Edital prevê em seu **TERMO DE REFERÊNCIA - 8 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA – 8.1 i) (Pág. 24)** "i) promover o encaminhamento dos estudantes ao programa de estágio, observando rigorosamente a lista de classificação do processo seletivo proposto no item 3.1.2 em conformidade com as atividades aprovadas pelas Instituições de Ensino, compatíveis com a etapa e a modalidade do curso de formação do estudante;"

a) O processo seletivo poderá ser realizado por meio da aplicação de provas objetivas online?

b) Quem será responsável pela elaboração, aplicação e correção das provas? Qual o conteúdo a ser cobrado?

c) Qual a periodicidade da realização de processos seletivos? Em média, qual o número de inscritos?

3) Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, conforme determina o Art. 47 da Lei nº 123/2006, deverá ser

concedido tratamento diferenciado e simplificado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo a inovação tecnológica.

Ainda, a Lei nº 123/2006 em seu art. 48, inciso I, dispõe que:

Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

No mesmo sentido, o Decreto 8.538/2015 regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado às empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal, senão vejamos:

Art. 1º Nas contratações públicas de bens, serviços e obras, deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual - MEI e sociedades cooperativas de consumo, nos termos deste Decreto, com o objetivo de:

I - promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;

II - ampliar a eficiência das políticas públicas; e

III - incentivar a inovação tecnológica.

§ 1º Subordinam-se ao disposto neste Decreto, além dos órgãos da administração pública federal direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União.

[...]

Art. 6º Os órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Diante dos dispositivos legais supramencionados, verifica-se que a legislação possui o intento bastante positivo, materializando, efetivamente, o princípio do “tratamento favorecido” às microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsão do artigo 170, inciso IX, da Constituição Federal.

Cabe ressaltar que a partir da entrada em vigor das alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/14 na Lei Complementar nº 123/06, **tornou-se obrigatória para a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (art. 48, inc. I).**

Diante da nova redação, tornou-se um ato vinculado, ou seja, para cumprir o dispositivo legal supracitado, a Administração Pública deve e tem por obrigação realizar licitação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte, quando o valor do item licitado não ultrapassar R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

Em resumo, resta claro e assentado no inc. I do art. 48 da Lei Complementar, a obrigatoriedade de a Administração realizar licitações voltadas apenas às Micro e Pequenas Empresas, ou seja, exclusivas para a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Por fim, cabe ressaltar que o **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA BAHIA** está com processo licitatório aberto para contratação de Agente de Integração de estágios, **(EDITAL DE PREGÃO Nº 19/2019, PROCESSO ADMINISTRATIVO TCE/009313/2019)**, com sessão pública prevista para 24/03/2020.

E, conforme disposto no artigo 6º do decreto nº 8.538, de 2015, o instrumento editalício de tal certame prevê a participação EXCLUSIVA A MICROEMPRESAS – ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E SOCIEDADES COOPERATIVAS.

Portanto, tendo em vista que ambos os certames possuem o mesmo objeto e serão realizados por órgãos localizados em um mesmo estado, não cabe ao TRE BA alegar as exceções previstas no art. 49 da Lei nº 123/2006 para se escusar de aplicar a exclusividade de participação a micro e pequenas empresas.

Por todo o exposto, considerando que o processo licitatório em questão prevê contratação de serviços em valor inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), solicitamos a retificação do

Editai de Pregão Eletrônico nº 18/2020, do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no sentido de incluir previsão de participação exclusiva de MICROEMPRESAS - ME e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE– EPP, na forma do Art. 47, e do Art. 48, Inciso I da Lei Complementar nº 123/2006 (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) e, em seguida, dar continuidade ao referido Certame.

4) Tendo em vista que o presente edital é destinado à contratação de sociedade empresária, para a prestação de serviços de agente de integração, solicitamos que seja vedada a participação das Instituições sem Fins Lucrativos (independente do objeto contratado estar ou não previsto no estatuto ou no objeto social) tendo em vista o parágrafo único do art 12º da instrução normativa Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017. abaixo transcrito

"Parágrafo único. Considerando-se que as instituições sem fins lucrativos gozam de benefícios fiscais e previdenciários específicos, condição que reduz seus custos operacionais em relação às pessoas jurídicas ou físicas, legal e regularmente tributadas, não será permitida, em observância ao princípio da isonomia, a participação de instituições sem fins

lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa".

Aguardamos respostas!

Atenciosamente,

Érica Ferreira
Equipe Agiel

Telefone: (37) 3232-1179
www.agiel.com.br

